

NARRATIVAS LITERÁRIAS E HISTORIOGRÁFICAS SOBRE A COLÔNIA SOCIALISTA CECÍLIA: Memória e utopia¹

LITERARY AND HISTORIOGRAPHIC NARRATIVES ABOUT CECÍLIA SOCIALIST COLONY: Memory and utopia



RAPHAEL GUILHERME DE CARVALHO
Mestrando PPGH- UFPR/ Bolsista CNPq
Curitiba, Paraná– Brasil
raphaelguilherme09@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho, sobre a memória da Colônia Socialista Cecília, que existiu em Palmeira-PR, entre 1890-1894, parte do pressuposto de que a memória sobre a colônia foi produzida tanto por narrativas literárias quanto historiográficas. O aporte teórico utilizado, capaz de fornecer elementos de compreensão da tríade memória, história e literatura, é a obra filosófica de Paul Ricoeur, “Tempo e Narrativa”. Os romances utópicos de Giovanni Rossi (mentor e líder da colônia ácrata), que faziam a crítica da sociedade burguesa e, em seu lugar, propunham uma vida alternativa organizada em comunidades socialistas experimentais, representam uma primeira memória escrita sobre a experiência anarquista no interior do Paraná. Desde essas fontes primeiras, analisamos o processo de produção da memória da Colônia Cecília, que perpassa todo o século XX e os limiões do século XXI, mas, em cada contexto diferente, é reinterpretada de acordo com as necessidades de orientação de cada período.

Palavras-chave: Colônia Cecília. História e Literatura. Utopia. Memória.

Abstract: This article, involving the historiography and literary narratives about the Cecília Socialist Colony Cecília (1890-1894), assume that the memory of the colony has been produced by both, the literary and historiographic narratives. The theoretical approach, understanding history, memory and literature is the work of Paul Ricoeur, “Time and Narrative”. We consider the intellectual works by the mentor and leader of the socialist colony, Giovanni Rossi, essentially literary. His utopian novels criticized the bourgeois society, which proposed an alternate organized life in experimental socialist communities, besides representing a first written memory of the experience anarchist in Paraná. Then, the production process of the memory of Colônia Cecília, which permeates the entire twentieth century and the XXI century, in every different context is reinterpreted in accordance with the guidance needs of each period.

Keywords: Socialist Colony Cecília. History and Literature. Utopia. Memory.

¹ Artigo submetido à avaliação em 28/02/2011 e aprovado para publicação em 30/05/2011

“Imprimir forma numa duração, tal é a exigência da beleza, mas também a da memória”.

Milan Kundera, *A Lentidão*

“Ao alto de uma colina, por entre os pinheirais, divisava-se, hasteada ao alto de uma palmeira, enorme bandeira vermelha e preta. Era a bandeira da Colônia Cecília, saudando a chegada dos novos pioneiros” (GATTAI, 1984, p. 113). Assim a escritora Zélia Gattai – descendente de imigrantes italianos que embarcaram, com Giovanni Rossi, no vapor *Cittá di Roma*, em fevereiro de 1890, em busca do sonho de uma sociedade justa e solidária (para uns, afinados com a teoria anarquista) ou de melhores condições materiais de existência (para outros, marginalizados na Europa industrial) – narra em seu livro de memórias a história que contava seu avô sobre a chegada na Colônia Anarquista Cecília: a bandeira rubro-negra recebia os “ciganos”, como, segundo Zélia, os vizinhos chamavam os anarquistas. Rossi logo viria integrar os novos ao grupo e ensinar-lhes a ausência de leis e de patrões e a distribuição dos produtos da atividade coletiva de acordo com as necessidades gerais.

A narrativa literária de Zélia é uma dentre diversas outras sobre a Colônia Cecília. O “mito” da Colônia Cecília permaneceu vivo durante mais de século, desde a dissolução da comuna em 1894, “mantendo-se, assim, ativa a sua função utópica” (MUELLER, 1999, p. 221). A utopia, pensada como a fronteira entre o possível e o impossível, é ainda “veículo da expressão do imaginário, um espaço possível do desejo”, segundo a historiadora da legendária colônia, Helena Isabel Mueller. Para o estudioso que se interessa pela utopia, cabe não exatamente perguntar sobre suas possibilidades de realização: “seu projeto não necessariamente precisa se concretizar, a narrativa é o único nível de concretude que a utopia necessita” (MUELLER, 1999, p. 17).

Este artigo visa a compreender em partes o amplo processo de produção da memória sobre a Colônia Cecília. Objeto de diversos produtos culturais, da literatura ao cinema, passando pelo teatro e pela historiografia, a Colônia Cecília é, ainda hoje, um tema cercado de mistérios, mistificações e, sobretudo, incompreensão. Resultante da carência de fontes históricas mais substanciais, por um lado, e das paixões políticas, por outro, essa incompreensão se concentra em especular os motivos do fracasso que levaram o projeto ao colapso em apenas quatro anos.

Distante de nós está o objetivo de separar a “verdade dos fatos” dos devaneios da imaginação. Antes, entendemos que até mesmo estes últimos são importantes em nossa tarefa. O objetivo, assim, é compreender como a memória sobre a Colônia Cecília foi construída principalmente por meio de duas manifestações da cultura escrita, a literatura e a história, e como as interpretações sobre ela variam em contextos distintos. Partimos dos escritos do próprio Giovanni Rossi, líder e mentor da colônia ácrata, que reflete sobre a experiência socialista logo após a diluição da comunidade. Um segundo momento de reescrita da aventura socialista são os anos 1940, em que pese a literatura social, representada aqui pelo romance de Afonso Schmidt, *Colônia Cecília: romance de uma experiência anarquista*. Por fim, e o mais importante, entre o final do século XX e início do século XXI, em momento propício a um *revival* do anarquismo, percebemos uma nova onda de interesse pelo assunto, sentenciada por duas publicações essenciais: *Flores aos rebeldes que falharam* (1999), da historiadora Helena Isabel Mueller, e *Um Amor Anarquista* (2005), do escritor paranaense Miguel Sanches Neto.

Breve olhar sobre a bibliografia da Colônia Cecília

Afonso Schmidt, escritor paulista de literatura social, poeta e romancista, nos anos 1940 narrou e romanceou a Colônia Cecília. O autor publicou dezenas de crônicas e novelas de vida popular e urbana de São Paulo, bem como uma obra poética “que envereda por um caminho tradicional onde a ‘vida dos simples’ reaparece sempre como tema predominante [...] numa visão nacionalista que incorpora o mito do comunitarismo primitivo e rural” (HARDMAN, 2002: 134). Em 1942, publica o romance histórico *Colônia Cecília: uma aventura anarquista na América*, reeditado em 1980 (SCHMIDT, 1980).

Isabelle Felici critica, sobretudo, a ausência de verossimilhança entre os acontecimentos documentáveis e a prosa ficcional de Schmidt, que deliberadamente imagina e inventa, violentando tanto a história como a ficção: “tudo é refundido para formar outra história e dar curso ao seu lirismo [...]. Como resistir à tentação de adaptar certos fatos, inventar elos, calar aspectos que não quadram com o resto?” (FELICI, 1998, p. 50). O artigo de Felici, antipático às manifestações artísticas sobre o tema, objetiva estabelecer definitivamente, como se pudesse fincar um ponto final no fluxo imaginativo, a distinção entre lenda e realidade: “É muito provável que, se a lenda não se tivesse apoderado da história da Cecília, transmitindo uma versão desviada da verdade, a experiência comunitária não teria impressionado tanto as imaginações” (FELICI, 1998, p. 50). A principal das invenções do romancista criticado pela autora é o suposto contato entre D. Pedro II e

Giovanni Rossi, intermediado pelo maestro Carlos Gomes, na Itália, em 1888. Vários autores, baseados na obra do escritor paulista, repetiram a “versão do imperador”, que teria oferecido terras e subsídios para implantação da colônia no sul do país. A versão, embora plausível, não é convincente: Felici, embasada em confronto de documentos, conclui que, já destronado em 1890, o imperador sequer sabia da existência da Cecília. Os anarquistas cecilianos, como outros imigrantes quaisquer, foram submetidos à Inspeção de Terras e Colonização, da qual receberam lotes de terras.

O jornalista Newton Stadler de Souza, nato em Palmeira, foi outro dos que reprovaram em Schmidt o fato de procurar mais os efeitos estéticos e narrativos que o compromisso com a veracidade/cientificidade. No entanto, ele próprio, segundo Felici, é responsável, em seu ensaio, por “embelezamentos, arranjos, desvios e até mesmo erros às vezes grosseiros, em sua pesquisa”. Inclusive, o jornalista corrobora a “versão do imperador” (FELICI, 1998, p. 52).

Baseado no ensaio de Newton Stadler de Souza, em 1976, um diretor de cinema francês, Jean-Louis Comolli, interessou-se pela legendária Colônia Cecília. Em 1993, outro cineasta, Valêncio Xavier, dirigiu audiovisual sobre a colônia, o curta-metragem *O pão negro, episódio da Colônia Cecília*.

Em 1984, por ocasião do centenário do teatro Guaíra, foi montada em Curitiba, por Ademar Guerra, uma peça teatral inspirada na Colônia Cecília. Para a segunda edição do texto (a primeira é de 1987), a autora Renata Pallottini escreveu um prefácio: “estávamos sendo desafiados a criar um texto e um espetáculo paranaenses, mas que, ao mesmo tempo, transcendessem o localismo e fossem além da aldeia” (PALLOTTINI, 2001, p. 10). A história da Cecília de fato transcende o local: a primeira manifestação do anarquismo no Brasil circunscreve-se em esfera mais ampla, no imaginário socialista utópico, na crença do progresso, nas lutas no seio do movimento operário italiano e europeu, nas lutas dos humildes contra o poder que toca diretamente os seus corpos: o Estado e as leis, o trabalho e o tempo roubado, a marginalização e a ignorância. O drama da colônia prefigurado no texto dramático é o embate entre a vigorosa vontade subversiva dos cecilianos e a inviabilidade do projeto, ou entre sonhos individuais e as estruturas morais e sociais vigentes. O acento no fracasso se apresenta logo de início. A peça se ambienta no local onde outrora existiu a colônia, de onde Rossi (personagem) reflete: “[...] Neste sólido mar de indagações navegou, naufragou a barca dos possuídos. Aqui salvou-se a ideia e morreram os corpos” (PALLOTTINI, 2001, p. 12).

Mais recentemente foi publicado pela editora Record o romance histórico *Um amor anarquista*, do escritor paranaense Miguel Sanches Neto. Miguel é doutor em teoria literária pela Unicamp e professor de literatura brasileira na UEPG, além de crítico literário do jornal

Gazeta do Povo e da revista Carta Capital e colaborador eventual de outros veículos da grande imprensa. A respeito desse trabalho, inspirado em um dos temas principais da Colônia Cecília, a questão do “amor livre”, travaremos algumas reflexões mais adiante.

Entre a historiografia propriamente dita da Colônia Cecília, além dos trabalhos de Isabelle Felici e Eric Gordon (GORDON, 1978), mencionamos pelo menos outros três ao nível da pós-graduação: a dissertação de Silza Maria Pazzelo Valente (UEL), as teses de Beatriz Pellizzetti Lolla (UFPR) e Helena Isabel Mueller (USP).

Beatriz Pellizzetti Lolla analisa o que chama de “testamento ideológico e político” de Giovanni Rossi – uma peça literária, escrita em 1895, após a dissolução da colônia –, *O Paraná no século XX*. É o trabalho derradeiro (depois se dedicaria a atividades particulares) do anarquista italiano, “meio romance, meio estudo social, correspondendo à índole semi-poética dos primeiros socialistas em formação”, usando da literatura como suporte da ação social (LOLLA, 1999, p. 73).

Silza Maria Pazzelo Valente publicou em 1997, pela Editora da UEL, sua “Contribuição ao estudo do anarquismo em Curitiba”. A interferência dos discursos e das práticas anarquistas na pacata ordem curitibana do início do século é investigada a partir do estudo da Colônia Cecília (muitos desertores da colônia se instalaram em Curitiba, outros em São Paulo, uns poucos permaneceram em Palmeira). Contrastavam o discurso oficial (a um só tempo, liberal e positivista) das elites ervateiras e madeireiras e as denúncias de exploração por parte dos anarquistas na análise que compreende a imigração, a incipiente industrialização e a penetração do ideário anarquista como fenômenos inter-relacionados (VALENTE, 1997).

Helena Isabel Mueller doutorou-se em história social pela Universidade de São Paulo (1990). Seu trabalho de doutoramento, que versa sobre as ideias utópicas de Giovanni Rossi experimentadas no interior do Paraná, foi publicado em Curitiba em 1999 pela editora Aos Quatro Ventos e constitui, hoje, talvez a maior referência para o estudo do tema. Sobre *Flores aos rebeldes que falharam* também nos dedicaremos com mais vigor em seguida.

O socialismo utópico de Giovanni Rossi

Giovanni Rossi (1856-1943), italiano de Pisa, foi agrônomo e veterinário de profissão, formado em 1875 pela Escola Superior de Pisa. Ainda estudante, em 1873, inscreveu-se nas fileiras da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), na seção de Montescudalo, nos arredores de Pisa. No ato de inscrição, apresentou à AIT uma proposta de fundação de uma colônia, inicialmente pensada para a Polinésia.

Em 1878, Rossi, sob pseudônimo Córdias, publica o primeiro de seus romances utópicos, “Un Comune Socialista – bozzetto semi veridico”. A publicação esteve ligada ao grupo de anarquistas de Milão que faziam o jornal “A Plebe”. O personagem principal desse pequeno romance se chama Córdias, que troca correspondências com a jovem Cecília, a quem explica suas teorias sociais anarquizantes. Na década de 1880, além de colaborar em diversos jornais operários, publica os jornais “Il Socialista” (1883), em Gavardo, e “Lo Sperimentale” (1886), em Brescia.

Em seus textos, Rossi defende recorrentemente a ideia do experimentalismo nas colônias socialistas. Nos jornais eram frequentes as resenhas de Rossi sobre o pensamento utópico de Fourier, Cabet e Owen, e ainda tecia comentários a respeito das experiências que viabilizaram. Beatriz Pellizzetti Lolla afirma que, considerando-se o experimentalismo do anarquista italiano, mais a sua obsessão pelos projetos utópicos, “a posição de Rossi no microcosmo anárquico italiano é original, não classificável em esquemas doutrinários” (LOLLA, 1999, p. 17).

Consideramos que a posição fundamental de Rossi no movimento anarquista italiano é a defesa da criação de comunidades em que se vivenciaria uma outra sociedade: “[...] há dez anos vivo somente para este projeto, e não o abandono. Tenho confiança nas pequenas forças despertadas por um objetivo prático” (MUELLER, 1999, p. 146). Pensamos a formação das colônias experimentais como a realização – ou, antes, experimentação – de uma ruptura, tentativa de viver a alteridade, uma sociedade completamente outra em relação à existente historicamente, como “espaços de vivência anarquista dentro da sociedade capitalista, [...] a concretização da utopia” (BERTI, 1981, p. 14).

Rossi pretendeu, por meio da experiência, que a ideia socialista fosse levada à prática. A questão central que permeou suas reflexões foi a relação entre teoria e prática, propaganda e ação; o experimentalismo, que apresentou como solução ao impasse, foi o epicentro do qual derivou toda sua ação. Rossi, através da formação de núcleos experimentais da vida anarquista, quis provar ao mundo a excelência das ideias libertárias.

J.-C. Petitfils ressalta o caráter utópico de Giovanni Rossi ao afirmar que as suas influências são os chamados “socialistas utópicos” e que estes, “recusando ao mesmo tempo a evolução e a revolução, escolhem um terceiro caminho: a inversão do mundo pela utopia” (PETITFILS, 1977, p. 153). A especificidade da utopia, segundo H.I. Mueller, é “a possibilidade da diferença, expressão elaborada da alteridade” (MUELLER, 1999, p. 9). Os utopistas, como Giovanni Rossi, trataram de colocar em prática o seu socialismo, por meio de pequenas comunidades, visando, pelo contágio do exemplo, a que se espraiasse por todo o corpo social. Devemos lembrar, contudo, que “a intenção de dar à humanidade o exemplo

raramente acabou bem” e que “a história das comunidades utópicas é, em geral, uma história do fracasso” (JACOBY, 2007, p. 29).

No século XX, o pensamento utópico conhece um colapso, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial e a crítica de intelectuais que viram nas utopias um perigo e as associaram aos totalitarismos. O norte-americano Russel Jacoby aponta pelo menos três razões para o esmaecimento da visão utópica: o colapso, desde 1989, dos regimes socialistas; o pensamento de alguns intelectuais do século XX, que não distinguem utópicos de totalitaristas; e o que chama de um empobrecimento crescente da imaginação ocidental pelo excesso de imagens pré-fabricadas, advindas do cinema ou da publicidade. Para Jacoby, não obstante, “a comunidade humana tem mais motivos para temer os defensores de uma agenda étnica, religiosa ou nacionalista do que os homens com um projeto utópico” (JACOBY, 2007, p. 51).

Jörn Rüsen, filósofo da história, interessado na reatualização do pensamento utópico e abertura dos horizontes de expectativa contemporâneos, assevera que, embora a utopia tenha sido professada morta, ela pertence à vida cultural e sua linguagem precisa ser constantemente reelaborada. Em 1989, ela foi declarada esgotada e rejeitada como conceito. Com a queda dos Estados socialistas na Europa, a possibilidade de realização prática de alguns objetivos utópicos conheceu um amargo fim. Em face de tais fatídicos resultados, Rüsen propõe que se repense a verdadeira utopia, o não-lugar, aquela em que precisamente não há lugar na realidade: “[...] the true utop, the no-where, which has precisely no place in reality, needs to be rehabilitated” (RÜSEN, 2005, p. 282). A questão posta pelo autor é sobre a possibilidade de um movimento intelectual em direção ao totalmente novo e outro.

Para Rüsen, “o pensamento utópico define-se pela negação da realidade das circunstâncias dadas da vida. Ele articula carências, na expectativa de circunstâncias de vida nas quais desaparecessem as restrições à satisfação dessas carências” (RÜSEN, 2007, p. 138). As utopias, então, abrem um espaço específico de liberdade, ao proceder à crítica das circunstâncias atuais da vida e elaborar projetos de alternativas desejáveis.

Romances utópicos de Giovanni Rossi

Procuramos ver a utopia (os romances utópicos) de Giovanni Rossi à luz da história, ou seja, envolvida em seu contexto histórico de produção. Essa abordagem é capaz de superar aquela via exclusiva de interpretação interna ao texto, do ponto de vista único da linguagem, ao considerar os atores historicamente envolvidos na produção de sentido. Não entendemos a

ficção utópica como puro documento, mas situada entre as representações propostas pela ficção e as realidades sociais que representam.

Entendendo as utopias de Giovanni Rossi, em primeiro lugar, como ficções literárias, como romances utópicos, procuramos conceituações sobre o gênero. Pensamos, com Paul Ricoeur, que “a utopia, na sua forma literária, gera uma espécie de cumplicidade ou de conivência por parte de um leitor complacente”. O leitor pode inclinar-se a entender a utopia como hipótese plausível. Parte das estratégias literárias da utopia é fazer uso do meio retórico da ficção: “uma ficção literária é uma variação imaginativa cujas premissas o leitor assume durante algum tempo” (RICOEUR, 1986, p. 441). Não desconsidera, porém, a análise clássica de Karl Mannheim, segundo a qual a utopia é o discurso de um grupo e não de um indivíduo isolado: “a chave para a inteligibilidade das utopias é a situação estrutural do estrato social que, numa dada altura, as subscreve” (RICOEUR, 1986, p. 461).

O primeiro romance utópico de Rossi, *Um Comune Socialista* (1878), é dividido em duas partes: uma dedicada à crítica da sociedade presente, a sociedade burguesa do XIX: a outra “ao esboço de um natural e espontâneo organismo social, no qual a força dos indivíduos converge em um bem comum: o bem-estar do indivíduo no bem-estar da comunidade” (ROSSI, 1878, p. 55). Por meio de uma narrativa ficcional em que ele mesmo, Cárdias é o protagonista, em diálogo com a jovem Cecília, personagem de anseios libertários, aquele vai-lhe apresentando passo a passo os temas da teoria anarquista e, juntos, vão sonhando com a realização da experiência utópica, que se concretizaria em uma cooperativa agrícola em Poggio al Mare, no litoral tirreno.

No prólogo de *Un Comune Socialista*, Cárdias faz uma crítica da sociedade burguesa, direcionando o discurso aos próprios alvos da crítica: “voi, borghesi, avversate contro Il socialismo, ma non sapete che cos’è”, e segue uma explanação acerca de alguns pontos da teoria socialista, como uma definição de anarquismo e a crítica da família burguesa. “Abasso ogni autorità. Che la volontà individuali si manifestino liberamente nella coletività” parece ser a expressão sintética do anarquismo de Giovanni Rossi (ROSSI, 1878, p. 10). Ainda contra a autoridade, expressa o desagrado quanto à família burguesa: “L’autorità, dannosa nello Stato, è ancor più dannosa nella famiglia, sai esercitata dall’uomo sua dona, sai esercitata dai genitore sulla prole”. Rossi não condena as uniões formadas por amor, pelas quais guarda um respeito e até uma admiração, mas afirma que esses casos são uma minoria absoluta e que, na maior parte das famílias, prevalece a frieza, a indiferença, o ciúme e, conseqüentemente, “la prostituzione coniugale” (ROSSI, 1878, p. 12).

Uma consideração de Rossi chama atenção, por ressaltar seu caráter utópico e experimentalista do qual tratamos: o seu livro não é a defesa da Revolução, nem tampouco de uma transformação pacífica (ROSSI, 1878, p. 17). Esse posicionamento parece corroborar com o argumento de um Rossi alinhado aos mais antigos “socialistas utópicos”, que propunham uma inversão do mundo pela utopia.

Logo entra em cena – interferindo em um diálogo do narrador-personagem com o amigo Alessandro, de quem é irmã – a personagem Cecília, com quem Córdias, na primeira parte do romance, dedicada à propaganda da colônia de Poggio al Mare, desenvolve os diálogos, troca cartas – “Sognai, Cecilia, i suoi roseti, La Rivoluzione Sociale” – e explica seus pontos de vista acerca da futura sociedade ácrata, sobretudo as teses a respeito do *amore libero*. Ela é descrita e caracterizada como mulher bela, doce e jovem: “di media statura e robusta di membra, rósea di carnagione, com due begli occhi cilestri, capigliatura bionda, finíssima [...] bellezza dolcissima e soave di Cecilia” (ROSSI, 1878, p. 30). Nessa descrição se afigura, discretamente, um afeto, que cresce à medida que os dois conversam e trocam cartas: “Ci si amava e Il nostro affeto non diminuiva, ma ingigantiva coll’amore per l’umanità. Parlare di Socialismo, per noi era parlare di amore” (ROSSI, 1878, p. 40).

O argumento central de Rossi, além da crítica da propriedade privada e defesa do coletivismo – da vida em comunidades –, é a destruição da família burguesa, formada não por amor, mas por interesses egoístas, e em seu lugar a reposição do amor livre e desinteressado, capaz de não se prender à tirania das obrigações do matrimônio. Acreditando nisso, e que o casamento se dissolveria assim que deixassem os laços de amor a serem os únicos elos a unir o casal, Córdias casa-se com Cecília e parte para a atividade de divulgação e organização do projeto de comunidade. O convite se torna explícito ao final da obra, no epílogo: “Il socialismo, questa gran sintesi dell’umana filosofia, grida a tutti gli uomini di buona volontà: la semente della verità [...] è già pronta; arate Il terreno, la stagione del seminare é venuta” (ROSSI, 1878, p. 93-4).

O outro romance utópico de Rossi que nos serve de base para as reflexões é “*Un episodio d’amore nella Colônia Cecilia*”, de 1893. Esse trabalho descreve as experiências práticas de Rossi com a questão do “amor livre” durante a existência da Colônia Cecília (1890-1894) e serviu de fonte para o romance histórico de Miguel Sanches Neto, “Um amor anarquista”, de 2005. Rossi havia conhecido Adele – enfermeira, 33 anos – durante a viagem que fez para a Itália em busca de novos socialistas dispostos a viver na Colônia Cecília, povoá-la e desenvolvê-la. Adele, após ouvir discurso de Rossi sobre o amor livre, tinha-lhe

confessado discretamente sua adesão àquelas ideias. Ela decidira viajar ao Brasil a fim de participar da experiência ceciliana; e viera acompanhada de Aníbal.

Logo, porém, Adele se interessaria por Rossi e por sua ideia de colocar em prática, publicamente, o amor livre – como uma experiência “científica”, a fim de que contaminasse os outros moradores. Aníbal a princípio não se oporia: “Aníbal, por sua vez, respondeu como o homem que coloca acima de suas paixões o meticuloso respeito pela liberdade feminina” (ROSSI, 2000, p. 45). Em diálogo com Rossi, Aníbal diz que a liberdade deve prevalecer e ser considerada antes de qualquer coisa, mesmo que por isso venha a sofrer; Rossi responde que “infelizmente, é ainda assim a vida hoje: a felicidade de um gera a dor de outro”. A reflexão posterior de Rossi é reveladora de seu posicionamento entre a teoria e a práxis, além de sua conceituação do amor livre:

Na Colônia Cecília, desde o seu início, havia sido feita a divulgação da propaganda teórica do amor livre, entendido não como união ilegal, mas como a normalidade das afeições múltiplas e contemporâneas, como verdadeira, inquestionável e factível liberdade de amor, tanto para o homem quanto para a mulher (ROSSI, 2000, p. 46).

Rossi narra, então, todas as venturas e desventuras, problemas e inquietudes, diálogos e cenas eróticas que envolveram o triângulo amoroso. Em seguida, parte para os “resultados” da experiência, comparando-os com as ideias socialistas. A grande dificuldade na aceitação do amor livre está, para ele, na opinião universalmente aceita – como um dogma – de que é impossível que vários indivíduos se amem ao mesmo tempo: “cabe aos hereges a refutação do dogma, a demonstração de que a verdade está do outro lado – amar várias pessoas ao mesmo tempo é uma necessidade da condição humana” (ROSSI, 2000, p. 114).

A empresa de Rossi, para retirar o amor livre (múltiplo e paralelo) dos domínios do adultério, da vergonha e do ridículo, não é senão “o triunfo das sagradas leis da natureza e a afirmação contundente do direito, que movem-me também a um outro fim, mais elevado e amplo: a destruição da família”. A família, para Giovanni Rossi, representa “a principal razão de ser do regime capitalista” e, por isso, é incompatível com a vivência socialista. Tal assertiva é baseada na experiência comunitária ceciliana: “[...] na Colônia Cecília, quase todas as dificuldades de ordem interna saíram do egoísmo das famílias, e deveriam desaparecer no amor livre” (ROSSI, 2000, p. 122). Isso atesta a importância central para Rossi do que teria sido o principal problema enfrentado pela colônia, a ausência de mulheres e, pior, a ausência de mulheres dispostas a praticar o amor livre.

Em relação às mulheres, ou à posição das mulheres na vida social do período, Rossi afirma que a emancipação feminina figura em todos os manifestos socialistas, mas mais como algo ornamental e inconsequente do que como algo essencial e necessário. O mais profundo e urgente, para o autor da utopia do amor livre, seria a “destruição espontânea da família em todo programa socialista [...]. E a moral socialista deveria assimilar o amor livre, como múltiplo e contemporâneo enlace de afetos, para que fosse desejado por todos e temido por ninguém” (ROSSI, 2000, p. 126).

Consideramos esses romances utópicos de Giovanni Rossi como uma primeira forma de memória a respeito da Colônia Cecília, uma vez que são fontes indispensáveis ao pesquisador do tema e formam a base das estruturas narrativas posteriores, historiográficas ou literárias, produtoras da memória a respeito da Colônia Cecília. As utopias socialistas do mentor da colônia ácrata, surgindo das carências de orientação daquela realidade, informam-na no sentido de transformá-la e estimular as esperanças diante dos limites impostos.

Figurações recentes: história e literatura

A década de 1980 é entendida na história das ciências humanas na França como momento de renovações epistemológicas e metodológicas. A gradual substituição do paradigma crítico estruturalista, dominante durante os anos 60/70, deu lugar a novas abordagens na prática historiográfica (SILVA, 2002, p. 41). A falência do antigo paradigma explicativo deixa um vazio aparente. Nessa perspectiva, ocorreram deslocamentos na prática e no discurso histórico, abandonando os grandes sistemas totalizantes e tendendo para novas correntes de pensamento, como a hermenêutica. Subjacente às novas correntes está a revalorização do sujeito e da ação (SILVA, 2002, p. 67).

A essa “guinada crítica” da ciência histórica francesa na década de 1990 corresponde uma virada no ponto de vista epistemológico: tendo em vista o resgate de sua identidade própria, ela reabilita duas noções fundamentais, o acontecimento e a temporalidade – os regimes de historicidade, esquecidos durante a vigência dos *Annales* (SILVA, 2006, p. 170). A preocupação com a epistemologia faz a história se reaproximar da filosofia. Autores como Certeau, Rancière e Ricoeur, responsáveis por uma reflexão filosófica e poética da história, tratam de questões como os modos de escrita da história, a narrativa e a subjetividade do historiador. São alternativas historiográficas diante do esgotamento da corrente metodológica dos *Annales*. Françoise Dosse, em diversos trabalhos, desde *A História em Migalhas* (1976),

reclama a perda de uma identidade própria da história, a qual fornece como alternativa a reabilitação do acontecimento; o deslocamento da noção de grupo em direção ao indivíduo; e a virada do científico ao literário.

As reflexões de Certeau e Ricoeur obrigaram os historiadores a “reconhecer a pertença da história ao gênero da narração, entendido no sentido aristotélico de pôr em intriga as ações representadas” (CHARTIER, 2002, p. 130). Os historiadores dos *Annales*, que negaram a história dos acontecimentos por uma história estrutural, viram-se confrontados pelas análises de Ricoeur, em “Tempo e Narrativa”, que assevera que toda história, até a mais estrutural, está construída a partir de fórmulas que governam a produção de narrações. Nunca houvera, portanto, um abandono da narrativa que justificasse a ideia de seu “retorno”.

A hermenêutica de Paul Ricoeur (1913-2005), assinalando a tensão entre objetividade e subjetividade na história, corresponde a uma tentativa de se articular a explicação histórica à sua compreensão narrativa, envolvendo o acontecimento em sua trama textual. O tempo histórico, para ele, seria um tempo intermediário entre o tempo cosmológico (de Aristóteles) e o tempo íntimo ou psicológico (de Santo Agostinho), e equivale à própria narrativa. O tempo histórico, portanto, é o tempo narrado pelos historiadores.

Ao analisar o “entrecruzamento da história e da ficção”, o filósofo afirma que ambas, história e ficção, trabalham com o mesmo material: a refiguração do tempo no ato da leitura. O imaginário representaria, para Ricoeur, o ponto fundamental para a construção da história, pois para relacionar o tempo vivido ao tempo do mundo seria necessário construir conectores para articular essa relação. Está aí, justamente, o entrecruzamento da história e da ficção, pois ambas recorrem às mediações imaginárias na reconstrução do tempo (RICOEUR, 1997).

Ambas as disciplinas, história e literatura, concorrem para a formação de uma memória sobre a Colônia Cecília. A memória, em termos funcionais, é a capacidade de desvelar e trazer para a superfície da história tradições e vestígios culturais. Diferenciada da lembrança, memória significa “experiência ancorada no passado e nele localizável [...] possui contextualidade e é possível ser atualizada historicamente [...] um elemento de orientação sobre a experiência do passado humano”. A tarefa do historiador consistiria, atualmente, segundo Diehl, em libertar as esperanças contidas na experiência histórica do passado, ou seja, em libertar a memória (DIEHL, 2002, p. 115-21).

É através de uma narrativa, de uma espécie de narração da memória que essa mediação linguística se processa. A memória aproxima-se da história por sua ambição de veracidade, por uma espécie de “contrato de verdade”. Para Paul Ricoeur, a passagem da memória à

história se dá pela narrativa: “pelo médium linguístico da narrativa, o qual organiza, ‘*met en intrigue*’, tanto as lembranças pessoais como as lembranças coletivas” (SILVA, 2006, p. 179).

Dessa forma, pensamos que a contribuição de Ricoeur à história nos ajuda a entender a intrincada relação entre história, literatura e memória. A centralidade da narrativa (forma de apresentação de argumentação plausível) na ciência histórica contemporânea coaduna, não por acaso, com a maneira como os anarquistas e, em específico, Giovanni Rossi, meio utópico, meio “cientista”, expressam seu ideário: uma das expressões mais antigas do pensamento rebelde é a utopia e a busca de soluções para questões sociais, embora nem todas tenham se realizado concretamente, mas se materializado apenas nos escritos dos idealizadores. Se a história é a ciência do vivido, divaga a historiadora Helena Isabel Mueller, é também a história do sonhado, do imaginado.

A utopia, na ótica da autora de *Flores aos rebeldes que falharam: Giovanni Rossi e a utopia anarquista*, é ruptura: “ruptura intelectual com um presente indesejado, através da descrição de um espaço onde se tornaria possível um imaginário desejado” (MUELLER, 1999, p. 122). Ao projeto de uma sociedade futura, como arquitetada pelos primeiros utópicos modernos – Saint-Simon, Fourier, Owen –, contrapõe-se, em meados do século XIX, no contexto da Segunda Revolução Industrial, o “socialismo científico”, de Marx e Engels. O espaço dos utopistas vai-se limitando até serem lançados à margem da história. A utopia, segundo Mueller, é duplamente vencida: pelos vencedores e pelos que pensam os vencidos.

Ressalte-se, contudo, a *dimensão atemporal* da utopia, aquilo que lhe constitui a aparência do irreal e do impossível. Para o historiador que se interessa pela utopia, cabe não perguntar sobre suas possibilidades de realização, mas antes disso, como as realidades de um certo presente se traduzem nas (e através das) utopias. O eixo de análise para a autora assim se manifesta: “olhar a utopia como expressão das revoltas, obsessões e desejos de um determinado momento, [...] seu projeto não necessariamente precisa se concretizar, a narrativa é o único nível de concretude que a utopia necessita” (MUELLER, 1999, p. 17).

Uma dimensão da utopia no século XIX, segundo a autora, é a das “utopias vividas”. São marcantes os anos de 1848 e 1871, quando a classe dominada passa a falar e a agir; a utopia não fica de fora desse processo. Nesse momento, “surge a utopia socialista, rejeitada e descartada pelo marxismo, mas absorvida por outro socialismo, o anarquista” (MUELLER, 1999, p. 47).

Dentre essas utopias vividas, a de Giovanni Rossi (1856 – 1943). Após o esboço de um quadro geral do ideário e do movimento anarquista (na Itália, com a presença de Bakunin) em fins do século XIX, a autora muda o foco de análise para pensar a formação de colônias

experimentais, espaços de vivência anarquista dentro da sociedade capitalista. Interessa-lhe a crença de que é possível, em algum lugar, a construção de uma sociedade outra, radicalmente diferente daquela em que foi pensada.

Rossi propõe, em diversos trabalhos, entre artigos em jornais anarquistas (*Lo Sperimentale*, por exemplo, jornal que funda em 1886) e pequenas publicações, o experimentalismo (o socialismo experimental) como solução para as contradições entre teoria e prática. É essa, principalmente, segundo a autora, a base do pensamento de Rossi. A esperança de um futuro socialista está sempre presente no pensamento de Rossi, diferenciando-o dos demais utópicos: isso por sua vinculação ao movimento anarquista italiano.

Antes do Brasil, Rossi vive, na Itália, uma experiência semelhante com a Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Citadella. Aliás, a própria Itália é o ponto de referência: a América aparece apenas como laboratório onde se realizará a experiência, ou como refúgio das massas excluídas do velho Mundo.

Ao realizar a colônia experimental, Rossi mantém viva a função utópica, pois não obedece a um plano mais elaborado em termos de organização senão à procura constante da liberdade. No entanto esta não se realiza, dadas as inúmeras necessidades por que passou a colônia, desde alimentação e moradia, até amor e sexo. O espaço da liberdade foi comprometido pelas necessidades (MUELLER, 1999, p. 148).

A autora afirma, em conclusão, que o “mito” da Colônia Cecília permanece, na atualidade, exercendo influência sobre o processo de orientação cultural, ao manter vivo o interesse pelas utopias (MUELLER, 1999, p. 221). O trabalho de Helena Isabel Mueller é, sem dúvida, dos melhores, senão o melhor trabalho acadêmico-científico sobre a Colônia Cecília, se se considerar, principalmente, a farta documentação a que teve acesso em arquivos na Itália e na Holanda, e as análises históricas fundamentadas em extensa bibliografia específica e direcionadas por uma problemática pertinente e atual, dentro das perspectivas dos interesses dos historiadores contemporâneos.

No campo da literatura, recentemente foi publicado, pela editora Record, o romance histórico *Um amor anarquista*, do escritor paranaense Miguel Sanches Neto (SANCHES NETO, 2005). Miguel é doutor em teoria literária pela Unicamp (1998) e professor de literatura brasileira na UEPG, além de crítico literário do jornal *Gazeta do Povo* e da revista *Carta Capital* e colaborador eventual de outros veículos da grande imprensa.

Em relação à historiografia, condicionada a padrões disciplinares exteriores aos autores, e legitimada pela ética profissional da ciência histórica, o romance histórico não

pretende produzir verdade, mas oferece, pela multiplicidade de vozes contidas em seu interior, um efeito histórico global.

O “amor livre” seria o elemento diluidor de um dos motes principais da moral burguesa a ser combatida – o casamento e a família. Giovanni Rossi, narrador-personagem, experimenta publicamente o amor livre ao compartilhar sua cama com outros jovens anarquistas. A necessidade de afeto erótico, resultado da maioria masculina, foi um dos principais problemas enfrentados pelos anarquistas no interior do Paraná. Aí temos a necessidade impondo obstáculos à utopia da liberdade anarquista: uma realidade esqualida para quem pretendia que os filhos fossem, primeiro, filhos da comunidade, sem pais nem donos, e as mulheres sem patrão; depois, filhos do mundo, a aniquilar a família e a moral burguesas: “ao querer bem uma pessoa, o sexo com ela é mais legítimo do que com o cônjuge; no casamento, o sentido da obrigação anula o desejo”, diz Adele, personagem do triângulo amoroso, a quem corrobora e complementa Rossi: “[...] o amor livre é necessário para que a comunidade cresça dentro de seu espírito libertário, superando a organização familiar, na qual o homem faz as vezes de figura odiosa do patrão” (SANCHES NETO, 2005b, p. 111).

Para alguns críticos e círculos literários, o romance de Miguel Sanches Neto coloca-o como um dos grandes da prosa ficcional contemporânea, a julgar pela recepção positiva de sua obra pela crítica (SABINO, 2005, p. 122), condição conquistada sob duras penas, já que, além das dificuldades inerentes à formação em um ambiente familiar não afeito aos livros, chegou a praticar trabalho escravo em fazenda de soja no Mato Grosso. Com inclusão, afirma que, apesar de romance histórico, *Um amor anarquista* tem traços autobiográficos (SABINO, 2005, p. 122). O autor há anos convive com a Colônia Cecília e declarou ter trabalhado pelo menos dez anos no livro: à frente da Imprensa Oficial do Paraná, organizou a publicação de alguns escritos de Giovanni Rossi, sob título *A Colônia Cecília e outras utopias* (2000).

A escolha do tema do amor livre como eixo da narrativa romanesca se deve ao fato de ser “o episódio que trazia consigo o maior grau de contradição e ousadia [...] o amor era o elemento que trazia o maior número de possíveis narrativos, além de ser um dos maiores objetivos de Rossi” (SANCHES NETO, 2005a). As mistificações em torno da comunidade ácrata, explica, são fruto de dois tipos de incompreensão, opostos diametralmente: a dos conservadores, que a viam como uma ameaça moral, e a dos ideólogos de esquerda, que a viam como “um extenso movimento libertário, uma Canaã meio hippie [...]. [...] Na prática social, vários fatores desviavam os anarquistas de sua crença. Um deles é o amor romântico”.

Rossi parecia estar certo de que o grande problema da comunidade era o regime de necessidades ao qual estava submetida, o que sufocava os anseios libertários:

prevalece a monotonia [...] a Colônia só será atrativa se criar entretenimento, não podendo dar certo se persistir o atual regime de trabalho. Quando nossa população crescer, haverá ócio para as artes, para a leitura, para o namoro ou apenas para contemplar entardeceres, que não nos doerão tanto, pois a solidão estará afastada e o pôr-do-sol será só poesia (SANCHES NETO, 2005b, p. 29).

Defendendo a colônia da acusação de fracasso absoluto, Rossi despreza as “causas acidentais”, incidentes pessoais e particulares da dissolução para assegurar a pobreza e o regime de necessidades as mais básicas, como a prática sexual: “gozávamos de liberdade nas nossas relações, mas faltava-nos o bem-estar material” (ROSSI, 2004, p. 86).

Considerações finais

O presente se altera, invariavelmente se transforma e, com isso, passado e futuro são rearticulados, o que permite aos historiadores a constante reescrita da história. Não há, portanto, um passado fixo, a ser extenuado pela história; a história é necessariamente escrita e reescrita a partir das posições do presente, onde se situam o problema da pesquisa e o sujeito que a realiza. Na atual recomposição do sentido da história, a prática do historiador está aberta a novas interpretações, a um diálogo sobre o passado aberto para o futuro. A centralidade da narração, como esforço interpretativo, na escrita histórica, aponta que não há passado esgotável, mas que convém abri-lo, revisitar suas potencialidades (DOSSE, 2001, p. 50).

Disso decorre a necessidade de orientação no presente: revisitar o anarquismo como uma teoria política plural, heterogênea, que tratou com uma importância radical o tema da liberdade. Essencialmente antidogmático, o pensamento anarquista, contrário à rigidez, é elástico e durável, no entender de George Woodcock. Esse caráter teria permitido, por exemplo, “a ressurgência de idéias anarquistas nos anos 60, perturbando as hierarquias estabelecidas da direita e da esquerda” (WOODCOCK, 1981, p. 44).

Francisco Foot Hardman assinala a reposição (mais um “ressurgimento”) de culturas anarquistas e utópico-românticas no centro do furacão da atualidade. Segundo o autor, “a crise do socialismo real e o desmanche do bloco soviético liberaram forças críticas antiglobalização inimagináveis até a explosão de Seattle (1999)”.² Hardman afirma a necessidade, no cenário

² A “Batalha de Seattle” foi um conjunto de manifestações ocorridas em 30 de maio de 1999 por ocasião da reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC). As manifestações atraíram milhares de ativistas, entre ecologistas, anarquistas, trabalhadores, estudantes, pacifistas e humanistas. É considerada como um marco histórico das lutas antiglobalização e corporativismo neoliberal.

globalizado dominado pelas grandes corporações industrial-financeiras, de se refundar utopias e reabilitar culturas libertárias (HARDMAN, 2002, p. 13).

O anarquismo representa para muitos uma alternativa tanto à democracia liberal quanto ao marxismo. A crise do socialismo real e o desmoronamento do bloco soviético repuseram culturas anarquistas e utópico-românticas nos movimentos sociais. Das carências de orientação no tempo presente, da necessidade de se pensar nas alternativas de liberdade, portanto, é que parte nossa proposta de repensar numa das primeiras, e talvez a mais importante, em termos de repercussão e memória, experiências do anarquismo na América Latina. Nesse contexto político e intelectual se situam as obras aqui analisadas com mais vagar, no campo da literatura e da história, que versaram sobre a Colônia Cecília e atualizaram a importância de sua memória presente.

Enquanto o trabalho de Helena Mueller, autora de *Flores aos rebeldes que falharam*, constitui pesquisa de história social, amparada na empiria das fontes e na metodologia da chamada “história-problema” sob influência dos *Annales*, o trabalho do literato Miguel Sanches Neto, autor de *Um amor anarquista*, utiliza-se da obscuridade e escassez documental para “romancear” a reconstrução da experiência no interior da comunidade ácrata. Mesmo ancorado na fortuna crítica legada por Giovanni Rossi, o romance histórico de Miguel se abre a frestas por onde se entreveem questões da realidade atual. História e literatura reconstróem um passado. Na história, a reconstrução é autenticada pelos dados empíricos fornecidos pelo passado, além dos critérios metodológicos que lhe garantem credibilidade. À literatura, por sua vez, permite-se maior liberdade e intensidade, uma vez que foge aos condicionamentos impostos pelas fontes.

A temática do “amor livre”, em Rossi, aparece como parte fundamental da revolução socialista que pretendia realizar a partir da criação de núcleos de socialismo experimental que se espriariam por todo corpo social. Para ele, é um instrumento de luta contra a opressão da mulher e para a diluição do casamento e da família, instituições perniciosas, em sua visão, para o estabelecimento do socialismo, em particular o de orientação libertária.

Em Miguel Sanches Neto, o tema do “amor livre” se apresenta marcado pelas preocupações de seu tempo. Na leitura do romance transparece a retomada da temática do amor livre no caso da Colônia Cecília como que para se refletir sobre o amor em nosso tempo a partir da experiência fornecida pelo passado. Zigmunt Bauman, por exemplo, reflete sobre a problemática do amor na contemporaneidade usando-se da expressão “amor líquido”, em que as relações são fluidas, fugidias, não se estabelecem, não fincam raízes. Transparecem, no centro da narrativa de Miguel, as questões mais recentes das liberdades femininas e das

relações interpessoais, em uma ótica diferente de Rossi, enriquecida pelas experiências do século XX.

Assim, podemos afirmar que a memória da Colônia Cecília, construída pela história tanto quanto pela literatura, guardadas as diferenças entre as intenções e práticas de cada discurso, transforma-se de acordo com as questões de cada presente em que se inseriu e atuou. O acontecimento, envolto em sua trama textual, como quer Paul Ricoeur, assinala a tensão entre objetividade e subjetividade na história.

Revisitada em perspectiva interpretativa, aberta para o devir, a memória (plural) da Colônia Cecília pode voltar a servir à coletividade como orientação política e cultural, dotando as ações de sentido, e afastar de si o aspecto mortificante de ideologização ou simplória curiosidade histórica.

Documentos

ROSSI, G. **Un comune socialista**. Milano, 1878.

_____. **Um episódio de amor livre na Colônia Cecília**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

_____. Uma história de amor na Colônia Cecília. In: ROSSI, G. **Colônia Cecília e outras utopias**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

SABINO, M. A utopia dissecada. **Revista Veja**, São Paulo, edição 1919, ano 38, n.34, 2005.

SANCHES NETO, M. É tudo coletivo. **Rascunho**: o jornal de literatura do Brasil, Curitiba, out. 2005a.

_____. **Um amor anarquista**. Rio de Janeiro: Record, 2005b.

SCHMIDT, A. **Colônia Cecília**: romance de uma experiência anarquista. São Paulo: Brasiliense, 1980.

Referências

ABENSOUR, M. **O novo espírito utópico**. São Paulo: Unicamp, 1990.

BERTI, N. La dimensione utopica del pensiero anarchico. **Rivista Anarchica**, Volontà, n.35, p.4-14, 1981.

_____. Per um bilancio storico e ideologico dell'anarchismo. **Rivista Anarchica**, Volontà, n. 38, p.43-76, 1984.

BUBER, M. **O socialismo utópico**. São Paulo: perspectiva, 1971.

CHOMSKY, N. **Notas sobre o anarquismo**. São Paulo: Imaginário, 2004.

DELEUZE, G. Post-Scriptum sobre as sociedades de controle. In: **Conversações**: 1972-1990. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é filosofia?** São Paulo: Editora 34, 1992.

DIEHL, A.A. **Cultura historiográfica**: memória, identidade e representação. São Paulo: Edusc, 2002.

DOSSE, F. **A história à prova do tempo**: da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: Unesp, 2001a.

FELICI, I. A verdadeira história da Colônia Cecília de Giovanni Rossi. **Cadernos AEL**, Campinas, n.8/9, 1998.

GATTAI, Z. **Anarquistas, graças a Deus**. São Paulo: Record, 1984.

HARDMAN, F. F. **Nem pátria, nem patrão!**: Memória operária, cultura e literatura no Brasil. São Paulo: UNESP, 2002.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

JACOBY, R. **Imagem imperfeita**: pensamento utópico para uma era antiutópica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LOLLA, B. P. Colônia Cecília: anarquistas no Paraná. In: DE BONI, L.A. **Presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, 1987.

_____. **Reflexões sobre uma utopia do século XIX como testamento ideológico para a “terra de todas as gentes” no século XX**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1999.

LÖWY, M.; SAYRE, R. **Romantismo e política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LUIZZETTO, F. **Utopias anarquistas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MUELLER, H. I. **Flores aos rebeldes que falharam**: Giovanni Rossi e a utopia anarquista - Colônia Cecília. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

PALLOTTINI, R. **Colônia Cecília**: um pouco de ideal e de polenta. Rio de Janeiro: Achiamé, 2001.

PETITFILS, J-C. **Os socialismos utópicos**. São Paulo: Círculo do livro, 1977.

RICOEUR, P. **Ideologia e utopia**. Lisboa: Edições 70, 1986b.

_____. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Tradução de: FERREIRA, Roberto Leal. Campinas: Papyrus, 1997. Tomo III.

RÜSEN, J. Rethinking utopia: a plea for a culture of inspiration. In: RÜSEN, J. (Org.) **Thinking utopia**: steps into others worlds. Berghahn Books, 2005a, v.4. p. 277-282.

_____. **A história viva**. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: UNB, 2007.

SILVA, H. R. **Fragmentos de história intelectual**. São Paulo: Papyrus, 2002.

_____. A Renovação historiográfica francesa após a “guinada crítica”. In: MALERBA, J.; ROJAS, A. (Orgs.) **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. São Paulo: Edusc, 2006.

SOUZA, N. S. **O anarquismo da Colônia Cecília**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SZACKI, J. **As utopias ou a felicidade imaginada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

VALENTE, S. M. P. **A presença rebelde na cidade sorriso**: contribuição ao estudo do anarquismo em Curitiba, 1890-1920. Londrina: UEL, 1997.

WOODCOCK, G. **Grandes escritos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 1981.

_____. **História das idéias e movimentos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 2007.